

MINHA CASA MINHA VIDA RURAL: UMA POLÍTICA PÚBLICA EM DESCOMPASSO COM A REALIDADE NO PONTAL DO PARANAPANEMA.

Dambrenio Odacir Boró

Graduando em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Estadual Paulista – UNESP / Campus de Presidente Prudente

Luis Antonio Barone

Professor Doutor em Sociologia
Universidade Estadual Paulista – UNESP / Campus de Presidente Prudente

Cristina Maria Perissinotto Baron

Professora Doutora em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Estadual Paulista – UNESP / Campus de Presidente Prudente

Resumo

O presente artigo visa realizar uma análise da política pública do braço rural do Minha Casa Minha Vida, chamado formalmente de Programa Nacional de Habitação Rural nos assentamentos Arco-íris, São Bento e Haroldina, localizados no município de Mirante do Paranapanema – SP. Mesmo que sua proposta inicial se configuraria como forma de reduzir as fragilidades e as desigualdades enfrentadas pela população rural brasileira, através da mitigação da pobreza, porém, não atendendo plenamente todas as reais necessidades dessa população, ao não se articular um conjunto de políticas públicas voltadas para o rural.

Palavras-chave: PMCMV, Habitação rural, Pontal do Paranapanema

Introdução

O rural não é urbano e o urbano não é rural. Essa frase carrega em si uma aparente e simples dicotomia, onde a definição do que se caracteriza rural (e conseqüentemente o que se caracteriza urbano) é dada a partir de uma lógica de exclusão entre ambas e desconsidera estruturas sociais e econômicas. Se faz necessário nesse artigo, primeiramente romper com a visão simplistas do rural como meio estritamente produtivo, e que com o avanço do capitalismo, estaria fadado a desaparecer, através do processo de mecanização. Entende-se aqui o rural como uma combinação de um espaço físico – que se refere a ocupação territorial – o lugar onde se vive e habita – que carregam em si as particularidades do modo de vida e as referências identitárias – e, por fim, o lugar onde se vê e se vive o mundo – que aqui se refere a cidadania camponesa e sua inserção e inserção com o restante da sociedade brasileira¹, podendo também ser enxergado como resultado de um processo histórico, em sistemática transformação e reconstrução, enquanto espaço de produção e reprodução social e como categoria histórica, fruto de diversas transformações que o condiciona e o desenhou e redesenhou sistematicamente, tendo início durante o período colonial, onde se cristaliza o modelo latifundiário ainda vigente no país².

¹ Maria de Nazareth Baudel Wanderley. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades capitalistas avançadas: “rural” como espaço singular e o ator coletivo. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, out.2000

² Angel Stive Castañeda Rodriguez. **Qualidade da Habitação nos Assentamentos Rurais no PNHR/PMCMV do Estado de São Paulo:** Casos: Florestan Fernandes, Dona Carmem e Boa Esperança. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, 2016.

POLÍTICAS HABITACIONAIS RURAIS BRASILEIRAS

Em relação às iniciativas federais elaboradas para áreas rurais, cabe destacar o fracasso que as mesmas experimentaram, uma vez que sua produção habitacional foi ínfima, se comparada às executadas em áreas urbanas. Mesmo assim, elas formalmente existiram e cabe-se destacar as principais políticas públicas destinadas ao rural.

Visando equacionar a questão habitacional brasileira, em 1946, foi criada a Fundação da Casa Popular, e até ser extinta em 1964, pouco realizou para atingir seu objetivo principal, que se configuraria como a promoção do acesso a moradia digna para a população de baixa renda, através da construção de moradia própria, em zona urbana ou rural³. Destaca-se que “a política habitacional, originalmente pensada como redistributiva, transformou-se em uma política limitada pela barganha político-eleitoreira”⁴ e vale ainda destacar que, nesse mesmo período, apesar da grande maioria da população brasileira ainda ser rural, a política habitacional restringe-se a atender as necessidades da habitação do meio urbano, não existindo preocupação ou direcionamentos consideráveis de recursos para o meio rural, nem a preocupação em equacionar as necessidades das famílias que estavam no campo. Após esse período, é criado em 1964 o Banco Nacional de Habitação (BNH), e inicia-se um ciclo de produção de unidades habitacionais em larga escala, que, teve como real meta não a equalização habitacional, mas sim como meta, o incentivo às atividades econômicas e ocorrendo por intermédio “[...] de uma política agressiva de financiamentos para novas construções, como também removendo obstáculos e criando condições de reativação do setor privado”⁵ com o conseqüente maior aproveitamento da mão de obra com menor qualificação, expansão e fortalecimento de empresas de, incentivo à indústria de material de construção, expansão de escritórios de engenharia e arquitetura e imobiliárias. Após o fim do Banco Nacional de Habitação, o Brasil não passou por nenhuma grande política habitacional, experimentando programas com pouco expressividade, se comparado ao volume produzido durante o funcionamento do BNH. Apenas com o contexto

do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2008, um novo programa habitacional de larga escala é estabelecido. Sendo batizado como Minha Casa Minha Vida. Seus dois principais programas se constituem no Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), que subsidia recursos visando a aquisição de novos imóveis urbanos de e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que subsidia a construção e a reforma de unidades habitacionais para agricultores familiares e trabalhadores rurais Para tanto, os programas tem foco em atender os núcleos familiares com renda de zero a dez salários mínimos, com financiamento a taxas extremamente reduzidas e, prazos alargados de pagamentos e subsídios para que a população tivesse acesso à sua primeira moradia, visando assim o aumento do mercado consumidor, ao [...] dirigir o setor imobiliário para atender à demanda habitacional de baixa renda, que o mercado por si só não alcança [...] fazer o mercado habitacional finalmente incorporar setores que até então não tiveram como adquirir a mercadoria moradia de modo regular e formal”⁶

³ Fundação casa popular

⁴ M. A. de A SOUZA. Pensando a política nacional de habitação para adversidade das famílias e dos municípios brasileiros. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia (Org.). Desenvolvimento e Cidades no Brasil: Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009

⁵ Waldírio BULGARELLI,. As cooperativas e o Plano Nacional de Habitação. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1966.

⁶ Pedro Fiori ARANTES; Mariana FIX. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação: Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida. Correio da Cidadania. São Paulo, jul. 2009. p. 1-1768

O Pontal do Paranapanema

A região histórica-geográfica denominada como Pontal do Paranapanema (mostrada na Figura 1, ao lado), tem ocupação tardia em relação as demais regiões do Estado de São Paulo. É uma “mesopotâmia”, limitada ao norte pelo rio Paraná, ao sul pelo rio Paranapanema, a oeste pela confluência desses dois rios⁷

Sua ocupação só se efetivou através da sistemática degradação do ecossistema local e genocídio dos ameríndios⁸. A estrutura fundiária do Pontal do Paranapanema só começa a sofrer alterações profundas a partir dos anos 1990, quando é implantada uma intensa política de assentamentos rurais de reforma agrária a partir de uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, respondendo as demandas dos movimentos sociais camponeses que começaram a ocupar terras griladas e improdutivas da região⁹. Atualmente, vivem-se aproximadamente 6.500 famílias nos assentamentos do Pontal do Paranapanema, em mais de 100 projetos de assentamento. Dentro desse rico universo empírico, podemos destacar o município de Mirante do Paranapanema, que dentro desse universo, contando com uma população do município gira em torno 18.178, sendo aproximadamente 7.635 residem na zona rural em especial nos assentamentos.



Figura 1. Pontal do Paranapanema e Município de Mirante do Paranapanema em Destaque no mapa do Estado de São Paulo

⁷ Messias Modesto PASSOS. A paisagem do Pontal do Paranapanema: uma apreensão geofotográfica. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 26, no. 1, p. 177-189, 2004

⁸ Jose Ferrari LEITE. A Ocupação do Pontal do Paranapanema.

São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

⁹ Bernardo Mançano FERNANDES. MST – formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996

O PMCMV Rural em Mirante do Paranapanema

O estabelecimento do Programa tinha como finalidade de dar acesso à moradia digna trabalhadores rurais, podendo se optar por reformas ou construções de novas residências. Sua organização se assemelhava ao Programa Entidades, onde uma entidade da sociedade civil necessariamente organizava que forma um grupo de interessados em participar do programa¹⁰.

Como critério para utilizar o programa, o(a) candidato(a) deveria utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades desenvolvidas em seu lote, além de ter um percentual mínimo de renda de atividades econômicas do próprio estabelecimento. A entidade tinha como responsabilidade o planejamento, a elaboração e implementação do empreendimento, organizar os grupos e viabilizar a parte de documentação. Para o financiamento do empreendimento, a Caixa fixa 3 grupos diferentes, baseados em suas respectivas faixas de rendas, conforme tabela a baixo:

Grupo	Renda	Observação
Grupo 1	Renda familiar de até R\$ 17.000,00 por ano	Concedido pelo Orçamento Geral da União (OGU), Contrapartida de um 4% do valor da residência
Grupo 2	Renda familiar de R\$ 17.000,01 a R\$ 33.000,00 por ano	razo para pagamento de sete a dez ano após a entrega da residência e taxa de juros de 5%
Grupo 3	Renda familiar de R\$ 33.000,01 a R\$ 78.000,00 por ano	razo de pagamento de 7 a 10 anos após o termino da obra

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Caixa econômica federal (2019)

Visando avaliar a efetividade da política pública implantada pelo programa Minha Casa Minha Vida Rural, em três assentamentos de reforma agrária – São Bento, Arco-íris e Haroldina, que receberam unidades habitacionais do programa MCMVR todos localizados no município de Mirante do Paranapanema, estado de São Paulo, como indica a Figura 2, logo a seguir:

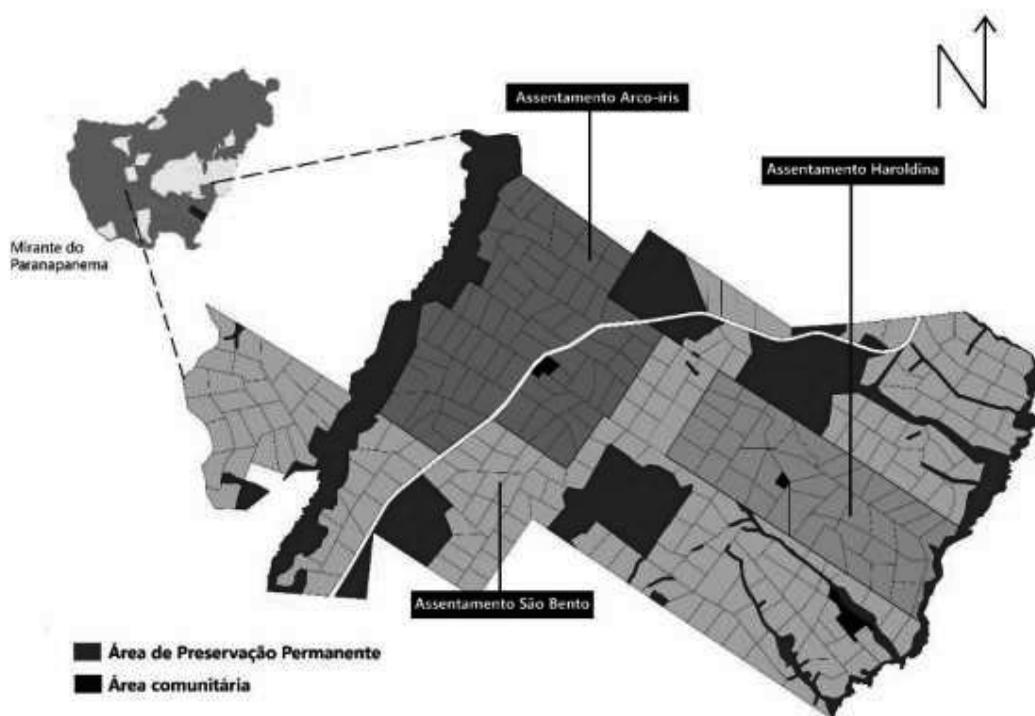


Figura 2 Mapa dos Assentamentos Estudados. Fonte: O autor (2020)

¹ BRASIL. CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Programa Nacional de Habitação Rural**: Subsídios para o trabalhador rural e agricultor familiar construir ou reformar sua casa. 2019. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programasuniao/habitacao/programa-nacional-habitacaoorural/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

Nos assentamentos estudados, a mesma planta tipo foi estabelecida pelo programa. Segundo relatos orais, após a organização da Entidade Organizadora ofereceu três plantas diferentes, que continham pequenas alterações. No entanto, em todos os casos estudados, todos os usuários escolheram o mesmo projeto arquitetônico,

Considerando essas colocações, nos debruçaremos em analisar o projeto arquitetônico contratado a partir de 3 eixos que se relacionam diretamente com as necessidades dos usuários

A implantação de casa unidade foi, segundo relatos dos usuários, escolhidas pelos engenheiros responsáveis pelo empreendimento, onde os mesmos não poderiam apresentar propostas em relação à onde gostariam que a unidade fosse implantada



Figura 3. Planta Baixa oferecida pelo PMCMV. Fonte: Os autores (2019)

Eixo 1 - Composições Familiares

Dados de 2011, indicados no gráfico logo a seguir, mostram que os núcleos familiares se concentram na faixa de 2 a 5 pessoas por lote, apresentando uma média de 4,7 hab./domicílio (Teixeira, 2012).

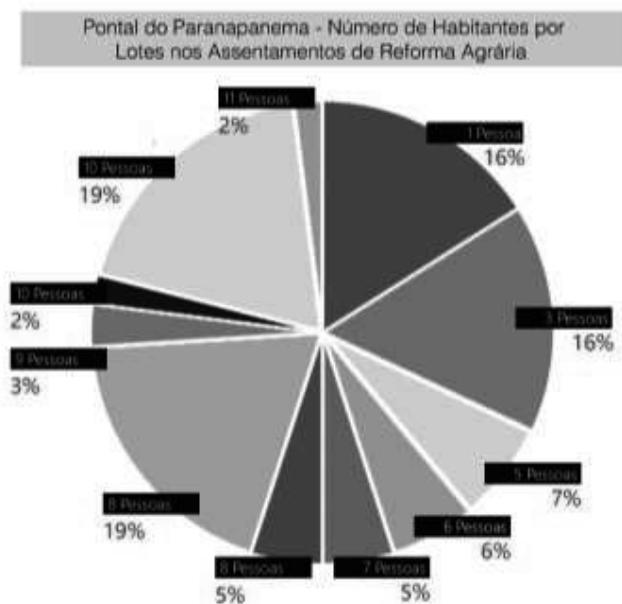


Gráfico 1 Pontal do Paranapanema – Número de Habitantes por Lotes de Assentamentos da Reforma Agrária. Fonte: Elaborado pelos autores com base em Teixeira (2012)

Mas é necessário um olhar mais aprofundado desses dados, uma vez que a pesquisa leva em conta apenas a quantidade de habitantes por lote, sem considerar a ampla gama de possibilidades de organização familiar que podem ocorrer na contemporaneidade. Considerou-se assim nos projetos entregues, apenas a média brasileira, mais baixa que a da região e ignorou-se a existência de coabitações no espaço do lote. Esse fator usualmente explica, a presença de grupos maiores de família nos dados do Gráfico anterior, e, não está necessariamente associada a presença de muitos filhos por um grupo familiar, mas o estabelecimento de casamentos entre os filhos, que podem estabelecer uma nova residência no mesmo lote.

Assim, as tipologias entregues não se adequam plenamente as necessidades de espaço dos grupos familiares que podem habitar um mesmo lote, uma vez que a política permite apenas uma unidade por lote.

Eixo 2 - Produção animal e vegetal

A produção agrícola, muito diferente dos programas urbanos, tem extrema importância para os assentamentos de reforma agrária, uma vez que grande parte do que é produzido, aproximadamente 77% (TEIXEIRA, 2012), são utilizados para autoconsumo, sendo crucial para a manutenção dessas famílias nesse espaço, pois não dependem tanto das flutuações de mercado, além de ser em muitos casos, a principal fonte de renda dos assentados. A habitação é em muitos casos a responsável por armazenar boa parte dos insumos utilizados (adubos, ferramentas, maquinário), da produção vegetal, e, no que tange os animais de pequeno e médio porte (cabras, porcos, galinhas, patos, gansos, entre outros) que ficam no espaço próximo a residência, e exigem um conjunto de construções próprios. Assim, se faria necessário um conjunto de espaços que usualmente não compõe projetos habitacionais urbanos como: chiqueiros, galinheiros, despensa para armazenar alimentos, mas os mesmos não foram entregues ou minimamente pensados, nem como diretrizes futuras, ou propostas de expansões.

Eixo 1 - Espaços Internos, expansões e transformações

A terceira categoria de análise se relaciona a distribuição de espaços internos e nesse quesito, se aproximam das habitações de interesse social urbanas, que em nome de uma economia, diminui a padrões menores que o mínimo necessários os espaços internos da unidade habitacional. Em um dos casos analisados, o usuário considera o tamanho residencial ideal, entretanto, o mesmo faz uma ressalva, uma vez que só o considera ideal por morar sozinho com a esposa:

Informante 1 : Ah, pra mim é bom sabe... tem 50 metros [quadrados]... pra mim é o ideal sabe? Tem gente que gosta mais ampla né, que só 50 metros [quadrados]. Mas mora só nós (sic) dois aqui, as vezes é por isso né? Não tá mais os filhos..., mas pra ficar bom aqui mesmo falta uma área... muito ruim sem

Ainda em relação a outros espaços necessários, o mesmo informante faz as seguintes considerações, a seguir, em relação ao espaço necessário que não foi projetado

Dambrenio: E o que vai ser aí?
Informante 1: Ah, um quartinho né...pra guardar umas ferramentas e umas coisas.... precisa né, não tem espaço E essa segunda, onde os informantes exprimem sua opinião em relação aos espaços que seriam pequenos demais I2 : O que nós mudamo (sic) foi aquele balcão né? D: ah, o balcão que separa a cozinha não tinha? I2 :Não, num tinha...Eu mudaria a cozinha sabe... colocaria um balcão de outro jeito para ficar maior... Cozinha pequena não dá né? Faz falta um balcão para poder cortar as coisa é ruim, não tem espaço para pôr uma mesa né?

Alguns usuários, alteraram as unidades, buscando melhor adequação. A maior parte das alterações consistiu na construção de uma varanda (como indicado na imagem logo a seguir), para proporcionar espaços de permanência, uma vez que tradicionalmente, esse espaço se constitui como principal local de trocas sociais da residência rural.



Figura 5. Unidade Habitacional construída pelo PMCMV Rural com alterações. Fonte: Os autores (2019)

Considerações Finais

A partir desse estudo, procurou-se demonstrar em especial duas fatos: o primeiro, e provavelmente a mais importante, é que o rural brasileiro não pode ser entendido apenas como o residual do urbano, aquilo que em dado momento se transformará no urbano ou se tornará mero campo da produção agropecuária capitalista. Não se pode também entender o rural como imutável, esse deve ser compreendido, segundo Rodríguez (2016), como resultado de um processo histórico, em sistemática transformação e reconstrução, enquanto espaço de produção e reprodução social e como categoria histórica, fruto de diversas transformações que o condiciona e o desenhou e redesenhou sistematicamente

O segundo, é que historicamente as grandes políticas habitacionais não foram capazes de compreender amplamente as interdependências entre paisagem e relações sociais que ocupam e interferem no rural, e isso se mostra ainda mais evidente no braço rural do PMCMV, que ignora totalmente as diversas relações sociais, as diversas organizações espaciais e familiares que ocorrem na contemporaneidade, resumindo-as a plantas arquitetônicas incapazes de traduzir tamanha complexidade. Além do mais, o programa foca exclusivamente na unidade habitacional ignorando um conjunto de necessidades atrelados diretamente à residência, ligados a espaços transitórios entre o espaço produtivo e residencial (como espaços de armazenamos - despensa para alimentos, e depósitos para ferramentas e defensivos agrícolas) e espaços de criação animal.